

**As Restrições da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé no Vaticano ao livro
Igreja: carisma e poder de Leonardo Boff.**

DANILLO RANGELL PINHEIRO PEREIRA*

O livro de Leonardo Boff *Igreja: Carisma e Poder* provocou certo desconforto nas instâncias mais tradicionais e conservadoras da Igreja Católica. Seu escritor identificou o que ele chamou de sistema autoritário de poder interno, de intolerância e postura dogmática de instituições como a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Questionou também o culto dos membros da Igreja romana à personalidade dos Papas e o oportunismo de muitos líderes católicos ao longo da história, face aos vencedores. Apesar dessas denúncias, o autor não deixou de discutir a dimensão profética dessa mesma Igreja e seu potencial libertador, chamado por Leonardo Boff de carisma. Isso explica parte da inspiração para o título da obra.

Como disse Leonardo Boff em carta intitulada: Esclarecimentos de Frei Leonardo Boff às preocupações da Sagrada Congregação para a Doutrina da fé acerca do livro *Igreja: Carisma e Poder* (1981), O trabalho tratou de uma coletânea de ensaios que discutiram questões mais ligadas à vida da Igreja Católica e sua eclesiologia, escritos em diferentes períodos e distintas circunstâncias. (Cf. Esclarecimento de Frei Leonardo Boff às preocupações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do livro *Igreja: carisma e poder* (1981). Subsídios para o colóquio de sete de setembro de 1984 junto as instâncias doutrinárias da Santa Sé. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 77).

Como as diferentes temáticas discutidas por Leonardo Boff, nesse seu conjunto de ensaios, foram recebidas pela hierarquia da Igreja Católica no Vaticano? No dia 15 de maio de 1984, Leonardo Boff recebeu a carta com o título: Documento do Cardeal Joseph Ratzinger, incriminando pontos do livro *Igreja: Carisma e Poder*. Na sua parte introdutória pode-se ler:

Reverendo padre,

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, Orientadora Prof. Doutora Elizete da Silva e bolsista da CAPES de 2011 a 2013.

No dia 12 de fevereiro de 1982 o Sr. tomou a iniciativa de enviar a essa Congregação a sua resposta à Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, a qual havia criticado o seu livro *Igreja: carisma e poder*. O Sr. Declarava então que aquela crítica continha graves erros de leitura e de interpretação que o senhor não podia aceitar.

Essa congregação, por sua parte, quis estudar o livro em seus aspectos doutrinários e pastorais e deseja agora expor-lhe as conclusões que chegou. (Congregação Para a Doutrina da Fé. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 50).

O Cardeal Ratzinger até pontuou as boas intenções de Leonardo Boff, como as preocupações com a promoção da justiça e fraternidade com maior participação de todos quer na sociedade civil, quer no âmbito da Igreja (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 50), mas chamou a atenção contra seus perigos doutrinários e pastorais na vida dos católicos. De acordo com Ratzinger:

[...] não bastam as boas intenções. Para responder realmente, no conteúdo do pensamento e das eventuais propostas às verdadeiras exigências dessas intenções, é preciso além do mais acolher as advertências do santo padre: “os teólogos e exegetas, conscientes da influência que suas investigações exercem no ensinamento e na catequese, têm o dever de estar muito atentos para evitar que sejam consideradas verdades certas asserções que não passam de opiniões ou discussões de especialistas” (João Paulo II, Disc. de Inauguração da Conferência de Puebla); eles devem antes “permanecer em estreita união com a missão de ensinar da qual a responsável é a Igreja” (Enc. “Redemptor hominis” n. 19).

Como acontece em outras de suas obras, também em *Igreja Carisma e Poder* não se nega o que há de positivo. O que causa preocupação é o fato de que nesta obra se encontram misturadas não poucas posições menos dignas de aceitação [...]. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 50).

Na primeira página da carta, Ratzinger deixou claro para Leonardo Boff que em matéria de interpretação teológica, quem dava a última palavra era a hierarquia. Advertiu ao teólogo brasileiro que suas posições “menos dignas” não se limitaram só ao livro em questão, certamente se reportando a outros textos de Leonardo Boff. A respeito dos temas identificados como menos confiáveis no interior das páginas de *Igreja: Carisma e Poder*, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé destacou três observações de caráter geral e metodológico relativas ao conteúdo do texto em sua totalidade. (Cf. Documento do Cardeal Joseph

Ratzinger incriminando o livro Igreja: Carisma e poder, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 50).

A primeira pontuou que Boff, com o objetivo de ir ao encontro com os problemas da América Latina, em particular do Brasil, não prestou confiança maior a sua doutrina da Igreja Católica e do Magistério com um estudo aprofundado, mas ao invés disso preferiu recorrer a correntes teológicas discutíveis propostas por autores como Hasenbuth, Hans kung, Ernest Kaseman, entre outros. (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro Igreja: Carisma e poder, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 50-51).

A segunda observação questionou a linguagem utilizada no livro de Leonardo Boff. De acordo com a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, faltou-lhe às vezes serenidade e moderação, características importantes e que precisam ser utilizadas pelos membros da Igreja Católica. Sobre o tom do escritor do livro em juízo, escreveu Ratzinger: “O tom usado pelo contrário é polêmico, difamatório e até mesmo panfletário, absolutamente impróprio para um teólogo [...]”. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro Igreja: Carisma e poder, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 51).

Para sustentar sua argumentação de crítica ao estilo teológico de Leonardo Boff, continuou o autor: “[...] além disso falta precisão teológica: os termos usados adquirem um sentido ambíguo, por exemplo quando se trata do “sincretismo [...]”. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro Igreja: Carisma e poder, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 51).

Feitas as críticas, concluiu Ratzinger, em tom de advertência: quem deseja edificar a Igreja e consolidar sua comunhão interna deve utilizar uma linguagem mais serena e moderada como também mais identificada com o magistério (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro Igreja: Carisma e poder, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 51), isto é, com a tradição eclesial.

As advertências a Boff foram intensificadas na terceira observação, pois esta questionou as fontes e o método utilizado em *Igreja: Carisma e Poder*. O cardeal Ratzinger argumentou ser legítimo o uso das ciências humanas e o emprego desse material histórico, filosófico e sociológico na teologia, porém devem ser comprovados criticamente evitando (as simples ideologias). Sua iluminação deve ser a luz da fé, principal objetivo da teologia (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 51).

Sobre o livro em questão, Ratzinger perguntou:

[...] O discurso contido nessas páginas é guiado pela fé ou por princípios de natureza ideológica (de certa inspiração marxista)? O trabalho teológico possui suas próprias fontes e exigências que no livro não são devidamente aplicadas. O conteúdo é com frequência apresentado não tanto à luz da revelação da tradição e do magistério, mas do primado da práxis; procura-se como finalidade não a escatologia cristã mas uma certa qual utopia revolucionária alheia à Igreja. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 51).

Percebe-se nas preocupações do cardeal Ratzinger certo temor aos possíveis questionamentos e tensões internas que essa metodologia de referencial marxista poderia causar à Igreja. O discurso marxista reconhece as tensões e contradições da sociedade e suas instituições. Esse tipo de compreensão da realidade e suas reivindicações de autonomia e democracia poderiam, sem dúvidas, criar problemas para uma instituição tradicionalmente pautada na autoridade de sua mensagem como a Igreja Católica. Para o crítico *de Igreja: Carisma e Poder*, a confusão entre escatologia cristã e utopia revolucionária não poderia existir. Tal desvio da fé era uma verdadeira heresia.

Após as três condenações comentadas anteriormente, somadas à desconfiança da utilização do instrumental marxista, já poderíamos esperar as reprovações da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, a respeito do conteúdo doutrinal e eclesiológico, propostos por Boff no livro em questão. As três concepções eclesiológicas decisivas no livro *Igreja: Carisma e Poder* e condenadas pela Sagrada Congregação para doutrina da Fé foram: 1) Sua interpretação da estrutura da Igreja, 2) A concepção do dogma e da revelação, 3) O exercício do poder sacro.

Após o exame da carta, podemos afirmar que nas críticas que Joseph Ratzinger fez a Leonardo Boff, nesses três aspectos, percebemos uma divergência entre os dois clérigos no que se referiu às concepções da história. A perspectiva de Leonardo Boff, embora reconheça conteúdos de mistério na revelação do Deus cristão é historicista, ou seja, o autor procura explicar a História da Igreja como uma construção humana e limitada às circunstâncias de um determinado momento¹.

Já o teólogo Ratzinger, embora reconheça as variações culturais e distintas perspectivas históricas, apoiou-se no essencialismo, ou seja, numa concepção da revelação independente das circunstâncias históricas, baseada na confiança do mistério da autoridade divina, delegada a seus legítimos intérpretes – as autoridades eclesiásticas. Desta forma, suas críticas ao livro de Leonardo Boff foram intensas e o consenso entre eles não foi alcançado no campo da comunhão de ideias.

Analisemos a dimensão do conflito, identificando as observações da carta do Cardeal Ratzinger. Por ser carregada de certo mistério, escolhemos analisar a temática da concepção do dogma e da revelação. Sobre o assunto, escreveu o Prefeito da Sagrada Congregação Para a Doutrina da Fé:

“Na estrutura patológica de fundo do catolicismo romano” o Sr. ressalta de modo particular o “dogmatismo” das verdades e a compreensão “doutrinária” da revelação, que não raramente tem conduzido e continuam conduzindo até hoje a violação dos direitos dos fiéis. (cf. pp. 61 ss, 74-75, etc).

Diante de tal dogmatismo o senhor propõe uma nova concepção do dogma. “A afirmação dogmática é legítima e também necessária em razão de ameaças de heresia e de perversão da experiência cristã. Mas em sua formulação ela é uma chave decifrador, válida para um determinado tempo e circunstâncias. Quando se olvida esta instância temporal e histórica e se pretende, em sua formulação fazer valê-la para todos os tempos e de forma exclusiva, então se transforma em empecilho para as necessárias e novas encarnações do cristianismo”. [...]. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro Igreja: Carisma e poder, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 53).

¹Sobre as justificativas de Leonardo Boff, suas refutações as restrições escritas pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e sua compreensão sobre os assuntos discutidos veja o capítulo 5 do texto PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. **Concepções da História na Teologia da Libertação e Conflitos de Representação na Igreja Católica (1971-1989)**, 2013. 251 p. Dissertação (Mestrado em História). UEFS. Feira de Santana.

Antes de questionar essa tese, Joseph Ratzinger ainda aprofundou mais as argumentações de Boff a esse respeito e escreveu mais detalhes sobre as ideias discordantes. De acordo com sua leitura do problema:

Seria igualmente necessária, no seu parecer, uma nova compreensão da revelação e da fé. “Deus, primeiramente, não revelou proposições verdadeiras sobre si mesmo, o homem e a salvação. Ele se revelou a si mesmo, em seu mistério, em sua vida e em seus desígnios. A fé, em seu sentido primigênio, consiste na adesão total ao Deus vivo e não simplesmente a aceitação de um credo de proposições. A doutrina tem sua função, mas num momento derivado. Na formulação das doutrinas acerca da revelação e da salvação entram variantes que são culturais e que portanto estão do lado do homem. As doutrinas variam como se pode notar na própria Bíblia; mas todas elas vêm assim articuladas que deixam reconhecer a presença de salvação do Deus vivo”. [...]. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 53).

Ratzinger, embora tenha reconhecido a plausibilidade das variações culturais e distintas circunstâncias históricas pontuadas na argumentação de Leonardo Boff, criticou o autor de *Igreja: Carisma e Poder*, pela sua abordagem relativista, presa às limitações das circunstâncias temporais como também defendeu a doutrina da Igreja católica como norma válida para todos os tempos. Nas justificativas do guardião da fé, podemos ler:

Que dizer de uma tal relativização das formas dogmáticas e de uma tal compreensão “pré doutrinal” da revelação e da fé? Estas certamente deixariam o campo livre para novas encarnações e novas inculturações do cristianismo, especialmente se se aceitasse a especial pneumatologia, discutível ela também, das pp. 220ss. Mas com que garantia? Qual poderia ser o critério para discernir a legitimidade de tais encarnações e inculturações? Se uma nova forma dogmática nas novas culturas do amanhã já não é mais válida, como poderá ser válida hoje diante de tantas e tão diferentes culturas do mundo? É verdade que Deus, radicalmente, não nos revelou proposições, mas a si mesmo vivo e salvador, mas o Deus da revelação da bíblia já não seria reconhecível sem enunciados e doutrinas. A fé da Igreja, ainda que não ligada a uma determinada sistematização teológica, se exprime num conjunto orgânico de enunciados normativos. É verdade que as formulações dogmáticas respondem a problemas de um momento histórico determinado e são propostas com um vocabulário tomado da cultura da época; todavia sem comprometer-se com a cultura do tempo e devendo ser sempre interpretadas com referência à revelação, permanecem sempre verdadeiras. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 53).

Percebe-se, então, que o teólogo Ratzinger defendeu a Igreja Católica como guardiã de uma espécie de “essência cristã” e criticou a teologia de Leonardo Boff e sua proposta de eclesiologia que segundo o Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, colocou a

práxis como princípio. (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 54). O rival de Leonardo Boff em assuntos doutrinários se apropriou da constituição dogmática “Dei Verbum” do Concílio Vaticano II para justificar a Igreja Católica como verdadeira depositária da fé. (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 53).

Em síntese, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé não aceitou as críticas propostas no livro *Igreja: Carisma e Poder* como válidas, opondo-se a tal perspectiva, defendeu a organização hierárquica da Instituição eclesiástica e atribuiu isso a uma condição transcendental e a-histórica. (Cf. Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 54).

Na conclusão da carta do Prefeito da Sagrada Congregação Para a Doutrina da Fé, pode-se ler:

“A eclesiologia militante” de *Igreja: carisma e poder* se demonstra frágil e inconsistente na medida mesmo é intolerante e incompreensível em relação à Igreja institucional. Os virulentos ataques aos condicionamentos históricos indicam a medida dos novos condicionamentos aos quais se quer submeter. As acusações de antievangelismo lançadas contra a Igreja do passado constituem uma prova do risco das novas encarnações antievangélicas.

“A Igreja de Cristo deve ser edificada na pureza da fé (cf. João Paulo II, Disc. de Inauguração da Conferência de Puebla); mas esta pureza da fé exige que a Igreja se liberte não somente dos inimigos do passado, mas sobretudo dos atuais, como, por exemplo, de um certo socialismo utópico que não pode ser identificado com o evangelho. (Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando o livro *Igreja: Carisma e poder*, 15 de Maio de 1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 55).

O emissor da carta ainda convidou Leonardo Boff a acolher as observações e ofereceu-lhe a possibilidade de discussão em um colóquio a ser realizado em junho ou julho de 1984, pois o livro já era bastante divulgado entre os fiéis. O encontro entre os dois teólogos, por razões que envolviam compromissos de trabalho, como também uma maior e melhor preparação e estudo das observações justificadas por Leonardo Boff, só aconteceu em Roma, no mês de setembro do mesmo ano de 1984. Leonardo Boff procurou se preparar para

o colóquio, chegou até mesmo a cogitar a possibilidade da realização do encontro ser na sede da CNBB no Brasil, mas a solicitação foi negada.

Durante os preparativos para o encontro inquisitorial, Leonardo Boff recebeu apoio e solidariedade de alguns cardeais brasileiros, a exemplo de Dom Paulo Evaristo Arns (São Paulo), Dom Aloísio Lorscheider (Fortaleza) e Dom Ivo Lorscheider, na época presidente da CNBB, como também de algumas ordens religiosas a exemplo da Conferência Franciscana Brasileira, Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, sua ordem religiosa de origem.

Leonardo Boff prometeu refletir e estudar sobre os temas levantados pelas críticas contidas na carta do Cardeal Ratzinger em nome da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. (Cf. Primeira carta de Frei Leonardo Boff ao Cardeal Ratzinger, 18.06.1984. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 57). Preparou uma defesa consistente para respondê-las e que lhe serviria de base para uma possível discussão no colóquio, ocorrido em setembro de 1984. A correspondência foi datada de 24 de agosto do mesmo ano e possuiu os seguintes títulos e subtítulos principais: *Esclarecimento de Frei Leonardo Boff às preocupações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do livro Igreja: carisma e poder (1981): Subsídios para o colóquio de 7 de setembro de 1984 junto às instâncias doutrinárias da Santa Sé*². O texto contextualizou o livro e o debate acerca dele bem como questionou várias críticas pontuadas pelo então cardeal Ratzinger na carta anterior. Porém a erudição e disposição para o diálogo teológico pouco adiantaram para inocentar Leonardo Boff. Sua obra foi em parte condenada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Os relatos desta instância sobre os procedimentos da condenação podem ser lidos no documento: *Notificação Sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de eclesiologia Militante” – de Frei Leonardo Boff, OFM*. Assinado pelo Prefeito Ratzinger e um de seus secretários Alberto Bovone, na época, Arcebispo titular de Cesarea de Numidia. Em fragmento do documento pode-se ler:

No dia sete de setembro de 1984, L. Boff foi recebido pelo Cardeal Prefeito da Congregação, acompanhado pelo Mons. Jorge Mejía, na qualidade de secretário.

² Uma discussão sobre o assunto pode ser lida na dissertação descrita na nota 1.

Foram objeto do colóquio alguns problemas eclesiológicos surgidos da leitura do livro “Igreja: carisma e poder” e assinalados na carta de 15 de maio de 1984. A conversa que se desenvolveu num clima fraterno, proporcionou ao Autor ocasião de expor seus esclarecimentos pessoais, que ele quis também entregar por escrito. Tudo isso foi explicado num comunicado final publicado e redigido de comum acordo com Leonardo Boff. Concluído o diálogo foram recebidos pelo Cardeal Prefeito em outra sala, os Eminentíssimos Cardeais Aloísio Lorscheider e Paulo Evaristo Arns, que se encontrava em Roma para essa oportunidade. (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]. p. 132).

Os relatos da Congregação contradizem a versão de Leonardo Boff descrita numa entrevista ao programa de TV Roda Viva, ocorrida em 2007, época em que Joseph Ratzinger estava no seu segundo ano de Pontificado como Papa Bento XVI. De acordo com o teólogo brasileiro, o clima foi de interrogatório policial. Os cardeais que o acompanharam, posteriormente perderam várias funções importantes na cúria e passaram a ser vigiados pela aquela instância. (Cf. BOFF, Leonardo. **Entrevista ao programa Roda Viva**. 06/01/1997. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/94/entrevistados/leonardo_boff_1997.htm> Acesso em: 14/07/2013). Nesse ambiente, não seria difícil supor a condenação do teólogo brasileiro que de fato aconteceu. Nas justificativas dos guardiões da doutrina, pode-se ler sobre o assunto:

A Congregação examinou, segundo a praxis que lhe é própria os esclarecimentos orais e escritos fornecidos por Leonardo Boff e, embora tomando nota das boas intenções e das repetidas declarações de fidelidade à Igreja e o magistério por ele expressas, sentiu-se, contudo, no dever de salientar que as reservas levantadas a cerca do conteúdo do livro e assinaladas na carta, não poderiam na sua substância, considerar-se superadas. [...]. (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 132).

Os conflitos e condenações a respeito do livro *Igreja: Carisma e Poder* que envolveram Leonardo Boff e a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé foram sustentados em três eixos principais: 1) premissa doutrinal, 2) dogma e revelação, 3) o profetismo na Igreja. Na leitura do documento, percebemos que a apropriação da história proposta por Leonardo Boff foi um dos principais, senão o principal eixo dessa divergência. A discordância em relação à premissa doutrinal pode ser percebida no seguinte fragmento conclusivo:

[...] o verdadeiro discurso teológico não pode jamais contentar-se em apenas interpretar e animar a realidade de uma Igreja particular, mas deve, ao contrário, procurar aprofundar os conteúdos do depósito sagrado da palavra de Deus, depósito confiado à Igreja e autenticamente interpretado pelo Magistério. A práxis e as experiências que sempre têm origem numa determinada e limitada situação histórica, ajudam o teólogo e o obrigam a tornar o evangelho acessível ao seu tempo. A práxis, contudo não substitui, nem produz a verdade, mas está a serviço da verdade, que nos foi entregue pelo senhor. O teólogo é, pois, chamado a decifrar a linguagem das diversas situações – os sinais dos tempos – e abrir esta linguagem à inteligência da fé (cf. Enc. *Redemptor hominis*, n. 19).

Examinadas à luz dos critérios de um autêntico método teológico – aqui apenas brevemente assinalados – certas opções do livro de L. Boff manifestam-se insustentáveis. [...]. (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro *Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante* – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 133).

Percebe-se no depoimento da instância definidora da ortodoxia da Igreja Católica uma compreensão de teologia restrita à reflexão da mensagem cristã, da qual a Igreja em questão é vista como autêntica e verdadeira intérprete. A revelação é um dado exclusivamente desempenhado por Deus ao homem e não condicionado as circunstâncias históricas e das mais variadas culturas.

No tópico condenatório sobre as estruturas da Igreja, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé expôs sua leitura sobre as concepções de História de Leonardo Boff a respeito do catolicismo e do protestantismo. Sobre esse tema pode-se ler no fragmento:

Na lógica destas afirmações explica-se também a sua interpretação acerca das relações entre catolicismo e protestantismo: “Parece-nos que o cristianismo romano (catolicismo) se distingue por afirmar corajosamente a identidade sacramental e o cristianismo protestante por uma afirmação destemida da não-identidade” (p.132; Cf. pp.126 ss., 140).

Dentro desta visão, ambas as confissões constituiriam mediações incompletas, pertencentes a um processo dialético de afirmação e de negação. Nessa dialética “se mostra o que seja o cristianismo. Que é o cristianismo? Não sabemos. Somente sabemos aquilo que se mostrar no processo histórico”[...]. (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro *Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante* – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 134).

Se esse tipo de comparação já foi entendido como um erro teológico, mais grave foi, segundo a visão da instância julgadora de Leonardo Boff, a apropriação que o autor do livro *Igreja: Carisma e Poder* fez da Constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG) aprovada no Concílio Vaticano II. No texto da Sagrada Congregação para a Doutrina da fé pode-se ler:

Para justificar esta concepção relativizante da Igreja – que se encontra na base das críticas radicais dirigidas contra a estrutura hierárquica da Igreja Católica – L. Boff apela para a constituição *Lumen gentium* (n.8) do concílio vaticano II. Da famosa expressão do Concílio “*Haec Ecclesia (sc. unica Christi Ecclesia)... substitit in Ecclesia catholica*”, ele extrai uma tese exatamente contrária à significação autêntica do texto conciliar, quando afirma: de fato, “essa (isto é, única Igreja de Cristo) pode subsistir também em outras Igrejas cristãs”. (p. 125). O concílio tinha, porém, escolhido a palavra “*subsistit*” exatamente para esclarecer que há uma única “subsistência” da verdadeira Igreja, enquanto fora de sua estrutura visível existem somente “*elementa Ecclesiae*” que – por serem elementos da mesma Igreja – tendem e conduzem em direção à Igreja Católica (LG 8). O Decreto sobre o ecumenismo exprime a mesma doutrina (UR 3-4), que foi novamente reafirmada pela Declaração *Mysterium Ecclesiae*, n. 1 (AAS LXV [1973], pp. 396-398). (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro *Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante* – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 134-135).

Já cientes de muitas das críticas de Boff a possíveis erros de leitura do Cardeal Ratzinger, a *Sagrada Congregação Para a Doutrina da Fé* procurou ser mais cuidadosa, demonstrou esforços na tentativa de ser fiel às fontes citadas e – possivelmente – disponibilizar a consulta aos leitores que tentassem se aventurar a estudar tais documentos. A principal intenção desse argumento foi desqualificar o relativismo e ecumenismo eclesiológico de Boff em *Igreja: Carisma e Poder*, acusando-o de desentendido daquilo que a fé católica professa no mundo.

Pensando da maneira descrita, podemos afirmar que as posições da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé foram a-históricas e contrárias às interpretações historicistas da revelação e do dogma propostas por Leonardo Boff. Os argumentos condenatórios foram semelhantes aos da carta do Cardeal Ratzinger a Leonardo Boff, quando discutiu esse assunto. (Cf. Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro *Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante* – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 135-136).

Seria difícil para uma instituição defensora da fé católica como a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, aceitar como válida a tese de Leonardo Boff sobre o exercício do poder sagrado. A esse respeito o documento condenatório acusou:

Dando por certo que o eixo organizador de uma sociedade coincide com o modelo específico de produção que lhe é próprio, e aplicando esse princípio à Igreja, L. Boff afirma que houve um processo histórico de expropriação dos meios de produção religiosa por parte do clero em prejuízo do povo cristão que em consequência, teria

sido privado de sua capacidade de decidir, de ensinar, etc. (cf. pp. 75, 215ss., 238-239). Além disso, após ter sofrido esta expropriação, o poder sagrado teria também sido gravemente deformado, vindo a cair deste modo nos mesmos defeitos do poder profano em termos de dominação, centralização e triunfalismo (cf. pp. 98,85,91 ss.). Para remediar esses inconvenientes, propõe-se um novo modelo de Igreja, no qual o poder seria concebido sem privilégios teológicos, como puro serviço articulado de acordo com as necessidades da comunidade. (cf. pp. 207,108). (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 137).

Os argumentos de Boff embasados em teses teológicas que compreendiam a Igreja Católica como ao mesmo tempo santa e pecadora expostos na carta com sua defesa escrita ao Cardeal Ratzinger, pouco acrescentaram no ponto de vista dos teólogos da Congregação para a Doutrina da Fé. Esses se embasaram no discurso da autoridade contra o que compreenderam como concepções relativizantes de Leonardo Boff no livro *Igreja: Carisma e Poder* e defenderam suas posições baseadas no dogma, tradição e autoridade. A esse respeito escreveram:

Não se pode empobrecer a realidade dos sacramentos e da palavra de Deus enquadrando-a no esquema da “produção e consumo”, reduzindo deste modo a comunhão da fé a um mero fenômeno sociológico. Os sacramentos não são “material simbólico”, a sua administração não é produção, a sua recepção não é consumo. Os sacramentos são dom de Deus. Ninguém os “produz”. Todos recebemos por eles a graça de Deus, os sinais do eterno amor. Tudo isso está além do fazer e fabricar humano. (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 137).

Na compreensão da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, os abusos poderiam ocorrer, mas é verdade também que todos serão julgados por Deus, leigos e sacerdotes. Para aquela instância, as propostas sociológicas de Boff, muito mais criam tensões e confusões do que constroem o autêntico sentido da fé e dos sacramentos. (Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. Op. cit., [Sd]: 138-139). Por fim, as denúncias proféticas de Leonardo Boff a respeito da corrupção, abuso de poder da hierarquia, dentre outros, foram rebatidas pela instituição dirigida pelo Cardeal Ratzinger com o seguinte argumento:

Não há dúvida de que todo o povo de Deus participa do múnus profético de Cristo (Cf. LG 12); Cristo cumpre seu múnus profético não só por meio da hierarquia, mas também por meio dos leigos (Cf. Ib. 35). Mas é igualmente claro que a denuncia

profética na Igreja, para ser legítima, deve permanecer sempre a serviço, para a edificação da própria Igreja. Esta não só deve aceitar a hierarquia e as instituições, mas deve também colaborar positivamente para a consolidação da sua comunhão interna; além disso pertence a hierarquia o critério supremo para julgar não só o exercício bem orientado da denúncia profética, como também sua autenticidade (Cf. LG 12). (Cf. Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 138).

Percebemos na leitura do fragmento escrito pela Sagrada Congregação para a doutrina da Fé que sua condição de representante e guardião da tradição cristã católica não rompe com a visão corporativa, por vezes imediatista, de pensar conforme os interesses da instituição da qual ela faz parte. Tais interesses para eles não pareceram relativizados de acordo com as circunstâncias de uma realidade historicamente construída, mas em critérios sustentados por uma revelação baseada unicamente no dogma. Essa concepção das verdades do cristianismo, lhe deram argumentos para justificar sua condição de intérprete correta e confiável dessa tradição. Em tais circunstâncias, a profecia só pode ter legitimidade se submetida ao julgamento e aprovação do sacerdote.

O livro de Leonardo Boff foi considerado nas conclusões da notificação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé como perigoso a sã doutrina da Igreja Católica. (Cf. Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação Sobre o Livro Igreja: carisma e poder. Ensaio de eclesiologia Militante – de Frei Leonardo Boff. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 139). Em uma nota a imprensa em 20 de março de 1985 pode-se ler a seguinte declaração do teólogo brasileiro:

Através deste documento falou autoritativamente a mais alta instância doutrinária da Igreja. Como cristão frade franciscano e teólogo, cabe-me ouvir e acatar. Volto a reafirmar tudo que declarei publicamente: “prefiro caminhar com a Igreja a andar sozinho com minha teologia”. Acolho nesse espírito as reservas feitas pela Congregação para a Doutrina da Fé. Note-se que tais reservas não qualificam minhas opções de heréticas, cismáticas ou ímpias, mas nas palavras do documento como perigosas a sã doutrina da Fé. Importa ressaltar que o referido documento em nenhum momento critica a Teologia da Libertação ou se refere ao marxismo ou ao socialismo como ocorria na carta a mim dirigida de 15 de maio de 1984. (Nota à imprensa: acatamento de Frei Leonardo Boff, Petrópolis 20.03.1985. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 140).

Leonardo Boff ainda não tinha sido submetido a medidas disciplinares e frisou esse fato positivo para ele no comunicado. Também pontuou sobre algumas questões que envolviam o trabalho do teólogo e prometeu continuar seu ofício nesse ramo, mas levando em

consideração os juízos daquela instância julgadora. (Cf. Nota à imprensa: acatamento de Frei Leonardo Boff, Petrópolis 20.03.1985. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 140). A condenação disciplinar não demorou a acontecer. No mês seguinte foi publicada a sentença pela sala de imprensa do Vaticano. Conforme o documento oficial:

[...] Tais determinações consistem num período de obsequioso silêncio que consista ao padre Boff uma séria reflexão, e na abstenção das suas responsabilidades na redação da REB (Revista Eclesiástica Brasileira) e das outras atividades de conferencista e de escritor. (L' Observatore Romano, 12.05.85, p (227) 7. In: MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, [Sd]: 145).

Leonardo Boff, na época padre franciscano e subalterno a essa instância, se quis continuar pensando em exercer suas funções de sacerdote, restou cumprir as normas disciplinares como punição pelos “escorregões” teológicos segundo o julgamento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. O autor em questão acatou as punições, mas logo que essas medidas foram revogadas, num espaço de tempo até menor que um ano como estava previsto, Boff voltou a falar e escrever. As novas falas e textos nem sempre agradaram a hierarquia. A “gota d’água” para a saída de Boff da Igreja Católica como sacerdote foi a participação dele de uma mesa na Eco 92: uma Conferência internacional sobre o meio ambiente realizada no Rio de Janeiro naquele ano. O tema discutido por Boff foi *Paz e Religião*. Após discurso bastante crítico a respeito das religiões abraâmicas, entre elas o Cristianismo, Boff foi recriminado pelo Cardeal Baggio ex. Núncio no Brasil, segundo Boff espião da Cúria romana. O Cardeal irritado anunciou que o teólogo brasileiro deveria sair da América Latina e ir para a Ásia. De acordo com os relatos de Boff, o colega de ofício só lhe deu o direito de escolher o país: Coreia ou Filipinas. Ao interrogá-lo se lá poderia continuar com suas atividades, D. Baggio respondeu que seu destino seria a penitência e o silêncio. Leonardo Boff recusou e com a afirmação de D. Baggio que se não cumprisse a medida disciplinar teria que seguir outro caminho, decidiu abandonar suas funções sacerdotais e continuar suas atividades como teólogo e leigo cristão. (BOFF, Leonardo. **Entrevista ao Programa É Notícia**, exibido pela Rede TV. 2011. Disponível em: <<http://somostodosum.ig.com.br/blog/blog.asp?id=10783>>. Acesso em: 26/07/2012).

Após as leituras e discussões das fontes, concluímos que houve predominância para o discurso da autoridade do clero nos depoimentos e críticas ao livro *Igreja: Carisma e Poder*, de Leonardo Boff. A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé de Roma demonstrou uma compreensão de teologia, restrita à reflexão da mensagem cristã, da qual a hierarquia da Igreja em questão foi vista como autêntica e verdadeira intérprete das doutrinas, não admitindo outras propostas de interpretação dos textos e das práticas eclesiais.

Os desencontros de pontos de vista teológicos entre A Sagrada Congregação Para a Doutrina da Fé e Leonardo Boff foram intensificados num conflito de representações que também pode ser entendido como disputa de poder pela hegemonia intelectual na Igreja Católica. Para nós, o que ficou claro na leitura e interpretação das fontes foi que nos escritos de Leonardo Boff foram oferecidos como possibilidades de interpretação da mensagem cristã uma nova proposta teológica – a Teologia da Libertação – que, ao contrário das acusações dos Bispos conservadores, não deixou de reconhecer o mistério da revelação e os dogmas da igreja. Entretanto, o mistério não deixou de ser, para Leonardo Boff, parte de um conteúdo histórico concreto, que pode ser modificado de acordo com diferentes possibilidades e circunstâncias para se aproximar daquilo que ele compreende como Reino de Deus. Conforme seu pensamento, a chegada deste reino depende de atitudes concretas de modificação dos indivíduos e se darão no campo da história concreta. Nessa história, as tensões e adversidades da luta levaram a Igreja Católica a nem sempre se comportar como uma instituição coerente com a mensagem de Jesus. Para Boff, o compromisso da hierarquia eclesial deveria ser o de se colocar à disposição de uma concepção de poder baseada no serviço e a partir dessas atitudes históricas e concretas, dar o testemunho da mensagem de Jesus.

Para a hierarquia, a revelação cristã consiste em dados revelados exclusivamente por Deus ao homem e não condicionada às circunstâncias da história e imperfeições humanas, manifestadas nas suas mais variadas culturas. Seus argumentos foram baseados na autoridade e testemunho da tradição da Igreja Católica, no qual, apesar do reconhecimento de exemplos de incoerência da instituição em determinados períodos históricos, predominaram nas suas visões o triunfalismo da Igreja romana como principal guardiã e mais esclarecida fonte de interpretação da mensagem do Cristo. Recorreram bastante às constituições dogmáticas aprovadas no Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 a 1965. Entretanto, se

observarmos atentamente o exemplo do documento que notificou o livro condenado de Leonardo Boff a *Gaudium et Spes*, também aprovada no referido Concílio e que trata do diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo, não foi mencionada uma única vez nesta notificação contra Boff. A utilização de teorias sociológicas, principalmente a aplicação do instrumental analítico marxista e a leitura da História em parte, identificada com esses elementos, foram bastante criticadas pelos opositores da Teologia da Libertação e dos escritos de Leonardo Boff. Tais elementos, principalmente a apropriação da História no discurso teológico, foram considerados pela hierarquia católica bastante identificados com certas utopias socialistas e incoerentes com a escatologia cristã.

REFERÊNCIAS

BOFF, Clodóvis; BOFF, Leonardo. **Da libertação: o sentido teológico das libertações sócio históricas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Teologia da libertação no debate atual**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Como Fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis, RJ: vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BOFF, Leonardo. **Entrevista ao Programa É Notícia**, exibido pela Rede TV. 2011. Disponível em: <http://somostodosum.ig.com.br/blog/blog.asp?id=10783>. Acesso em: 26/07/2012.

BOFF, Leonardo. **Entrevista ao programa Roda Viva**. 06/01/1997. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/94/entrevistados/leonardo_boff_1997.hm. Acesso em: 14/07/2013.

BOFF, Leonardo. **Entrevista ao programa Roda Viva**. 18/03/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jQDIc1V19s0>. Acesso em: 16/07/2013.

DUSSEL, Enrique. Notas sobre a Origem da Teologia da Libertação. In: BITTENCOUT, Fonet Raul (Org.). **A Teologia na História social da América Latina**. São Leopoldo, Usinos, 1996. V. 3 pp. 261-287.

GALILÈIA, Segundo. **Teologia da Libertação Ensaio de síntese**. São Paulo: Paulinas, 1985.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas**. Tradução Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1985.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Tradução Myrian Veras Batista. São Paulo: Cortez, 1991. pp. 25-26.

_____. **Idolatria do Mercado: crítica do fetichismo capitalista de Marx à teologia da libertação**. *Revista cultura*, ed. vozes, Rio de Janeiro, pp. 90-101, n.5 set – out. 1999.

_____. **A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Tradução Vera Lúcia Mello Joceline. Petrópolis, RJ: vozes, 2000. p. 56.

MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (Org.). **Roma Locuta, Documentos Sobre o Livro Igreja: Carisma e Poder de Leonardo Boff**. Rio Branco, Belém, Recife, Viçosa, Nova Iguaçu, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia: Petrópolis, RJ: Vozes, [Sd].

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. **Concepções da História na Teologia da Libertação e Conflitos de Representação na Igreja Católica (1971-1989)**, 2013. 251 p. Dissertação (Mestrado em História). UEFS. Feira de Santana.